

PRODUÇÃO ASSOCIADA: PRODUÇÃO DA VIDA NA COMUNIDADE TRADICIONAL DO IMBÊ-MT

Resultado de investigação finalizada

Grupo de Trabalho nº 18: Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Lirian Keli dos Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
IFRO Campus Vilhena
Rondônia, Brasil
e-mail: lirian.santos@ifro.edu.br

Resumo

O atual cenário de precarização estrutural do trabalho, marcado pelo crescente desemprego e exclusão social, tem levado trabalhadores e trabalhadoras pertencentes às camadas populares a buscar a produção da vida através da produção associada. Buscamos compreender o processo da produção associada realizado na Comunidade Tradicional do Imbê como uma estratégia de produção que questiona a lógica capitalista. Para o desenvolvimento da análise partimos da categoria “Trabalho”, baseada no arcabouço teórico de Marx. Pois, compreendemos que ao realizarem seu trabalho, esses homens e mulheres não só aprendem a produzir mercadorias, mas ao produzi-las, também produzem conhecimentos e relações sociais. Este estudo demonstrou que é mediante o trabalho - produção associada-, que os homens e mulheres da Comunidade Tradicional Imbê constroem/produzem as suas vidas concretamente

Palavras-chave: trabalho, produção associada, economia popular.

Introdução

Analisar de perto o processo de produção associada na comunidade Imbê mostrou-se uma tarefa desafiadora e, por vezes, complicada. Por outro lado, o envolvimento com a comunidade e a oportunidade de adentrar em um universo particular gerou uma satisfação ímpar, pois resultou em uma verdadeira aprendizagem.

A pesquisa objetivou elaborar uma análise a respeito das relações estabelecidas entre trabalho e educação nos processos de produzir a vida associativamente. Assim, o objetivo da pesquisa situa-se na compreensão sobre a construção e utilização de estratégias para a produção da vida na comunidade Imbê, através da produção associada.

Por esse viés, buscamos compreender o processo da produção associada na Comunidade Tradicional Imbê, como uma estratégia de produção que questiona a lógica capitalista, apesar de estar inserida na mesma. Ao longo do trabalho, procuramos revelar quem são esses trabalhadores e trabalhadoras, como se organizam, o que produzem do ponto de vista econômico-cultural e suas relações com o passado histórico.

A escolha da comunidade deu-se por indicação de um militante da educação popular, o Sr. Felinto Ribeiro Neto, que desenvolve trabalhos sociais junto aos moradores de Imbê.

A comunidade Imbê possui uma população de aproximadamente cem habitantes, onde vivem quinze famílias com um percentual de afrodescendentes de setenta e cinco por cento. Integra o território da baixada Cuiabana, localizada na região do Alto Pantanal de Mato Grosso e fica a cento e

trinta quilômetros da capital. A comunidade está situada no km 32 da estrada corrente, com acesso pelo km 42 da MT 060, rodovia Cuiabá, no município de Poconé.

Na comunidade, não há setor de comércio e serviços; a principal atividade econômica é o cultivo de cana-de-açúcar para a produção de produtos originados da garapa como a rapadura, melado e açúcar mascavo.

Nesse contexto, a produção associada tornou-se uma alternativa econômico-social para as trabalhadoras e os trabalhadores da comunidade de Imbê, possibilitando o desenvolvimento de práticas produtivas que garantem a produção da vida.

Para o desenvolvimento da análise da abordagem do processo de produção associada na comunidade Imbê, utilizamos as potencialidades metodológicas do materialismo histórico.

Nossa pesquisa se fundamenta na base teórica propiciada pelo marxismo, que parte do trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como imateriais e de formas de sociabilidade (Marx, 2011).

Dessa forma, a análise do processo de produção associada na comunidade Imbê deve ser compreendida como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem na sociedade contemporânea, que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo.

Optamos por uma metodologia que se situa no campo da pesquisa qualitativa em decorrência da necessidade de apreensão da subjetividade existente nas relações entre trabalho e educação desenvolvidas na comunidade Imbê, já que estas se entrelaçam com valores e regras existentes em sua organização social.

Dentre as possibilidades do uso da abordagem qualitativa, escolhemos desenvolver um estudo de caso, por entendermos que é o método que mais se enquadra no tipo de estudo a que nos propomos realizar, por se tratar de um fenômeno inserido em um determinado contexto da vida real.

Os dados foram coletados por meio da observação direta das práticas cotidianas dos indivíduos envolvidos na comunidade. Desse modo, o trabalho de campo situou-se no espaço social dos trabalhadores e trabalhadoras de Imbê: a agroindústria e suas residências.

Utilizamos de entrevistas (semiestruturadas) individuais gravadas, procurando destacar questões relacionadas às histórias de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras da comunidade Imbê sobre o trabalho e os saberes produzidos no/pelo trabalho. Os depoimentos dos entrevistados e dos que se dispuseram a falar individualmente ou em grupo constituíram-se na base empírica da análise apresentada neste estudo.

Economia popular: produção associada

Por entendermos a categoria trabalho como elemento essencial para o processo de humanização de homens e mulheres, elemento indispensável para a produção da vida, meio de inserção social e constituição da sociedade, em outras palavras, como um fenômeno da práxis social, é que nos propomos a compreender como os trabalhadores e trabalhadoras da Comunidade Tradicional Imbê produzem as suas vidas.

Ao iniciar as discussões sobre a economia popular – devemos enfatizar, conforme nos explica Tiriba, que um número cada vez mais crescente de trabalhadores e trabalhadoras são condenados ao desemprego, formando, assim, um exército de excluídos que cotidianamente amplia os seus números, ao passo que a parcela daqueles que estão empregados vivem assombrados pela possibilidade de também fazerem parte das estatísticas do desemprego estrutural.

Já se passaram quase duas décadas e o quadro exposto por Tiriba não sofreu significativas modificações no que se refere à contenção do crescente número dos excluídos. Corroborando com o pensamento de Tiriba (2001), Frigotto afirma que:

[...] no plano estrutural, embora não se tenha a mesma opção dos que no passado recente venderam a nação e haja avanços significativos no plano social, mormente para o grande contingente da população até então mantido na indigência, o marco de não retorno não se estabeleceu e o circuito das estruturas que produzem a desigualdade não foi rompido. (2011, p. 241).

Nesse contexto, Tiriba (2001) nos propõe indagar se esses trabalhadores e trabalhadoras perdem os seus postos de trabalho ou nunca chegaram a tê-los. Como é que eles se organizam para produzirem suas vidas cotidianamente? A partir dessas sucintas inquietações é que nos debruçamos a compreender como os trabalhadores e as trabalhadoras da Comunidade Tradicional Imbê tecem diariamente o seu estar no mundo contemporâneo.

Tiriba adverte, que para a consolidação de uma nova cultura do trabalho, faz-se necessário reconhecer os setores populares como agentes da produção social da vida humana.

Um dos pontos de partida é perceber os setores populares como sujeitos da produção social da vida humana e, ao mesmo tempo, contribuir para que seus empreendimentos se constituam em um *locus* de criação e recriação de relações econômicas e sociais que contemplem as necessidades da grande maioria da população – hoje excluída, inclusive, do direito à manutenção da própria vida (Tiriba, 2001, p. 27).

Na busca por sistematizar e legitimar a constituição da economia popular, Tiriba ilustra que a resistência espontânea dos trabalhadores e trabalhadoras contra a exploração capitalista remonta a metade do século XIX:

Não é novo o fato de que as pessoas inventem estratégias econômicas para defender-se das injustiças sociais. O que é novo, em relação ao paradigma do pleno emprego, é exatamente o fenômeno generalizado que se estende, principalmente nos países “em via de desenvolvimento”, como parte integrante do contexto maior da nova ordem internacional em que o “trabalho assalariado” vem perdendo sua centralidade nas relações entre capital e trabalho. (2001, p. 25)

Como bem delineia Tiriba (2001, p. 167), não podemos desconsiderar que historicamente diversas experiências, proclamando-se ou não autogestionária, colocaram-se como alternativa histórica de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras no intuito de se contrapor à predominância do capital.

É possível perceber que, nos diversos momentos da história, sempre existiram indivíduos que se colocaram contra o poder vigente, buscando desenvolver estratégias de trabalho e de sobrevivência, contrariando, assim, os críticos da economia popular, economia solidária ou economia popular-solidária, que classificam essas organizações como “camuflagem” de relações mercantis de trabalho.

Nossa busca é, portanto, dar voz e vez a esse movimento cada vez mais crescente de trabalhadores e trabalhadoras que buscam novas estratégias de produção. Lembrando que esses indivíduos englobam boa parte dos excluídos pelo modo de produção capitalista e não podem simplesmente ser relegados à marginalidade, pois na luta pela produção da vida diversas iniciativas/experiências têm sido desenvolvidas em nossa sociedade. É preciso, por isso, proporcionar-lhes mais visibilidade de forma a legitimar essas iniciativas da produção associada, dando-lhes a devida importância e não a invisibilidade que lhe é imposta pelo sistema capitalista.

Ademais, Icaza & Tiriba fundamentam a práxis desenvolvida por homens e mulheres no mundo contemporâneo que na busca para a produção da vida organizam o trabalho com características adversas às do capital, assim as autoras conceituam a economia popular como:

[...] o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com objetivo de assegurar a reprodução da vida social com a utilização da própria força de trabalho e mobilização dos recursos disponíveis. Diz respeito às estratégias populares de trabalho e de sobrevivência, entendidas como a arte de criar condições favoráveis para satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como imateriais (2009, p. 150).

Ainda acrescentam: “é a forma pela qual, historicamente, os homens e mulheres que não vivem da exploração da força de trabalho alheio, tentam garantir o seu estar no mundo, tanto na unidade doméstica como nos espaços/tempos mais amplos das relações sociais” (Tiriba, 2009, p. 150).

Segundo Razeto, a economia popular “é o caminho que seguem aqueles grupos para buscar em conjunto e solidariamente a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos” (2001, p. 36).

A produção associada, como nos referencia Tiriba (2001), é uma organização econômica popular que se apresenta, conforme a perspectiva marxiana, como uma possibilidade de emancipação humana, através da luta pela superação da exploração/alienação da sociedade capitalista. Desse modo, a produção associada é considerada:

[...] uma particularidade da economia popular, apresentando, em diferentes níveis uma racionalidade interna distinta das demais iniciativas empreendidas pelos setores populares e da própria racionalidade da empresa capitalista. (2001, p. 120).

Nesse contexto, a autora defende que as iniciativas de produção associada desenvolvidas pelos trabalhadores e trabalhadoras dos setores populares podem ser consideradas como potencialidades de rompimento das condições hegemônicas da produção capitalista. Desse modo, Tiriba define a produção associada em dois aspectos:

A “produção associada” deve ser entendida em dois sentidos. O primeiro vincula-se a constatação (a olho nu) de que a reprodução da classe-que-vive-trabalho, em especial dos trabalhadores oriundos dos setores populares, requer uma verdadeira produção associada, pressupondo a criação de redes de solidariedade, de colaboração para que, cotidianamente, possam garantir sua sobrevivência. A reprodução ampliada de vida requer a coordenação do esforço coletivo do conjunto de pessoas que compõem a unidade de produção, seja ela unidade doméstica, cooperativa ou de qualquer outro empreendimento econômico. O segundo sentido de “produção associada” caminha no horizonte econômico-filosófico marxista, no qual a mesma é entendida como unidade básica da sociedade dos produtores livremente associados na produção. (Tiriba, 2006, p. 120).

Nesse revés, a produção associada nos propõe relações produtivas – a partir da organização da sociedade civil – desvinculadas muitas vezes da organização do Estado. Uma organização que não visa à inclusão dos sujeitos no sistema econômico hegemônico – mas que propicia relações de produção empenhadas em se contrapor ao sistema capitalista, e são protagonizados pelos trabalhadores e trabalhadoras pertencentes aos setores populares.

Ancorados nessa ideia, podemos inferir que a produção associada subverte a lógica da economia capitalista, pois sua atuação se pauta na potencialização das relações de troca e de solidariedade. Direcionada nessa mudança de perspectiva, a produção associada recusa o mercado como um fim em si mesmo.

A produção associada alude a uma lógica submersa em relações sociais mais humanizadas, pois está relacionada a determinadas atividades, como a do trabalho doméstico, de modo a prover as necessidades individuais ou coletivas sem a presença indubitável das relações mercantis de trabalho.

Desse modo, podemos concluir que a produção associada, ao se posicionar contra o modelo neoliberal de acumulação do capital, ao não visar à obtenção do lucro e nem a exploração da força de trabalho, – como ocorre no sistema de produção predominante –, se diferencia de outros setores da economia. Em outras palavras, os trabalhadores e trabalhadoras que desenvolvem conscientemente a produção associada, de uma forma ou de outra, produzem as suas estratégias de sobrevivência de forma desvinculada dos valores expressos pelo modo de produção capitalista, tornando-se “produtores livremente associados” é nesta perspectiva que compreendemos a produção da vida na Comunidade Tradicional do Imbê.

Produção Associada: Comunidade Tradicional do Imbê

A forma de se organizar e de produzir a vida econômica e socialmente dos trabalhadores e trabalhadoras do campo não é nova, remonta a constituição e consolidação da sociedade brasileira. Desta feita, esses trabalhadores e trabalhadoras, firmados como comunidades tradicionais, configuram seu modo próprio de produzir as suas vidas, o que caracteriza as suas peculiaridades como veremos em relação à Comunidade Tradicional do Imbê. Segundo Grzebieluka, “as comunidades tradicionais são culturalmente diferenciadas das demais formas de organização social e, portanto, se reconhecem como tais; possuem formas próprias de organização social” (2012, p. 118).

No estado de Mato Grosso, existem diversas iniciativas de produção associadas promovidas por comunidades indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Conforme Grzebieluka:

As comunidades tradicionais são grupos coletivos humanos que possuem um modo de vida distinto da nossa sociedade padronizada pela indústria cultural. [...] Essas comunidades apresentam distinções em relação ao modo seu de viver, possuem uma cultura rica em costumes e crenças que são construídas no decorrer dos anos e transmitidas de geração para geração. (2012, p. 118).

Neste cenário, até a metade do ano de dois mil e onze, os trabalhadores e trabalhadoras da Comunidade Tradicional do Imbê desenvolviam a produção da vida de maneira autônoma/artesanal e por meio da venda de sua força de trabalho, através de diárias, para fazendeiros da região. A partir da consolidação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbê em 2009 e com a conquista do financiamento junto ao Banco do Brasil, que possibilitou a construção da Agroindústria dos derivados da cana-de-açúcar, passaram a trabalhar oficialmente de maneira associada na agroindústria.

Em síntese, pensamos que a oficialização da práxis da produção associada foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social para os trabalhadores e trabalhadoras de Imbê, no sentido de promover práticas produtivas que garantam a produção da vida social, sem a presença alienante e exploratória do trabalho assalariado. Conforme Icaza & Tiriba, “o trabalho se constitui no principal fator de produção, constituindo-se como a gênese e, ao mesmo tempo, resultado do conjunto dos demais fatores do processo de produção de bens e serviços.” (2003, p. 104).

Baseados nessa concepção, compreendemos que os trabalhadores e trabalhadoras de Imbê se unem para produzir as suas vidas de forma associada, para atender/suprir as suas necessidades econômico-sociais.

Marx, ao referir-se à questão de cooperação no processo de trabalho, pondera que é “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção, ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (2011, p. 378).

A associação desses trabalhadores e trabalhadoras não está alicerçada na produção de valores – mercadoria – na expropriação da sua força de trabalho, ou seja, na mais-valia, mas, sim, no esforço conjunto de desenvolver um tipo de trabalho caracterizado como agente fundante da vida. Nessa perspectiva, o excedente do produto do trabalho vivo realizado pelos trabalhadores e trabalhadoras de Imbê são distribuídos igualmente, não havendo, nesse processo, distinção entre o trabalho manual e o intelectual; é com essa concepção que se unem contra a predominância do capital.

O membro da comunidade se reproduz, não através da cooperação entre trabalho produtor de riqueza, mas cooperando em trabalhos para os interesses comunais (reais ou imaginários) destinados a manutenção da união face a pressões externas ou internas (*nach aussen und innen*). (Marx, 2011, p. 71)

Marx salienta, ainda, que essa forma de organização não está embasada especificamente na produção de valores, e estendemos essa característica para a organização do processo de trabalho na Comunidade Tradicional Imbê:

A finalidade deste trabalho não é a criação de valor, embora eles possam realizar trabalho excedente de modo a trocá-lo por trabalho estrangeiro ao grupo, isto é, por produtos excedentes alheios. Seu propósito é a manutenção do proprietário individual e sua família, bem como da comunidade como um todo. A posição do indivíduo como trabalhador, em sua nudez, é propriamente um produto histórico. (Marx, 2011, p. 66)

É possível situar a produção associada realizada na Comunidade Tradicional Imbê nesse contexto porque mesmo vivendo sob a égide do modelo hegemônico capitalista, a comunidade vivencia uma prática de produção contrária à ordem estabelecida pelo sistema capitalista. Na agroindústria o trabalho é realizado no tempo e ritmo de cada trabalhador e trabalhadora, não havendo, portanto, um controle rígido do processo de trabalho. Podemos observar esta afirmação nas falas dos jovens Adriano e Tiago.

O que eu faço lá é chegar cedo, abrir a fornalha, tocar lenha, tocar o fogo e esperar o pessoal para a gente mandar vapor. Há pausas, bastante. De meia em meia hora. É porque você socou lenha na caldeira, aí você fica só cuidando dela, cuidando do termômetro dela para não disparar a pressão dela, é bem tranquilo lá. Não tem ninguém que fiscaliza, cada um faz o seu trabalho. (Adriano).

Não, por enquanto não tem quem manda não. Cada um faz o seu lá. Cada um sabe que tem que fazer a parte dele. (Tiago).

Ao analisar as sociedades asiáticas, Marx (2011) afirma que a simplicidade dos seus organismos produtivos “divisão planejada do trabalho” é o segredo para a imutabilidade e apregoa que “a lei que regula a divisão do trabalho na comunidade opera com a força irresistível de uma lei natural” (p. 413). Observamos que o mesmo ocorre na comunidade Imbê, pois cada trabalhador e trabalhadora, conforme

a sua natureza, desenvolve a atividade por ele escolhida na agroindústria ou no plantio/colheita da cana-de-açúcar.

No que se refere ao valor monetário conquistado através do trabalho coletivo, o Sr. Milton explica: “nós temos que pagar o banco este ano ainda, está meio apertado porque nós temos que pagar, mas nós tiramos uma porcentagem para ir se mantendo e o restante maior que sobrar é para pagar o banco. Tira a despesa com energia, água, embalagem que vai muita embalagem”. Dessa forma, a porcentagem retirada para se manterem é repartida igualmente entre todos os associados, mesmo que alguém, por um motivo ou outro, não tenha realizado a sua função naquele mês, a divisão dos lucros se mantém de forma igualitária.

Verificamos que os trabalhadores e trabalhadoras de Imbê se empenham na organização do processo de trabalho associado como alternativa, como meio de desenvolver uma experiência de trabalho baseados em preceitos de cooperação, solidariedade e autogestão, potencializando relações sociais de trabalho mais humanas.

Considerando o que foi exposto até o momento, podemos afirmar que os trabalhadores e trabalhadoras da comunidade Imbê desenvolvem práticas autogestionárias no processo de produção associada. Todas as etapas de produção são discutidas e definidas coletivamente, desde a forma de produzir, como produzir, quem irá produzir (plantar, colher), como ocorrerá a distribuição/venda do que foi produzido, até a divisão do valor monetário por eles conquistado. Cada trabalhador e trabalhadora tem a liberdade de escolher a(s) atividade(s) que deseja desempenhar, considerando suas características e habilidades individuais. Destacamos, mais uma vez, que através dessa forma de deliberar, esses homens e mulheres desenvolvem relações sociais que expressam perspectivas diferentes da égide do capital.

Outro componente presente na comunidade é um forte sentimento de cooperação e solidariedade entre as partes envolvidas no processo de produção dos derivados da cana-de-açúcar. Apesar de haver uma divisão simples do trabalho preestabelecida, essa prescrição não impede que, havendo a necessidade, eles façam rodízio das tarefas a serem realizadas ou que haja colaboração em uma determinada função. Percebemos também que há uma constante preocupação com o bem estar de todos que fazem parte do processo.

A produção associada e sua práxis estão presentes em todo o processo de produção realizado em Imbê, desde controlar o processo de produção, conhecer todas as etapas, (re) organizar a divisão trabalho, serem detentores do produto do seu trabalho, até na forma como socializam os seus saberes. Conforme nos explica o Sr. Milton, “o trabalho é tudo unido. Ali na agroindústria ficam seis, que trabalham só ali: dois na caldeira, dois no engenho e três dentro do pátio. O resto fica na lavoura, corta cana, plantar, arrumar, né!?”

Essa união, citada pelo Sr. Milton, é traduzida no dia-a-dia das trabalhadoras e dos trabalhadores em sua práxis. Por ser uma produção associada, as relações de trabalho são menos rígidas que aquelas em que vigoram a hierarquia patrão-trabalhador. Existe, por parte de todos, a compreensão das situações em que não seja possível que um dos associados se dedique integralmente ao trabalho como, por exemplo, quando é necessário que trabalhadoras tenham de se dedicar menos ao trabalho devido à maternidade.

A comunidade Imbê é formada por pessoas intimamente ligadas à terra, preocupadas e conscientes, pois tem o cuidado de não fazer uso de agrotóxicos, reconhecendo que ao protegerem a terra, protegem a si mesmos.

Marx nos diz que “o camponês e o artesão independentes desenvolvem, embora modestamente, os conhecimentos, a sagacidade e a vontade, como o selvagem que exerce as artes da guerra apurando sua astúcia pessoal” (2011, p. 416). Transportando-nos para o contexto da comunidade Imbê, verificamos que o mesmo se aplica aos trabalhadores e trabalhadoras da comunidade, que na sua

prática cotidiana, vêm construindo estratégias para dar continuidade à produção de suas vidas de forma autogestionária, usando de astúcia e sagacidade para sobreviver em um mundo regido pelo capital.

Em suma, observamos uma importante característica da iniciativa da produção associada vivenciada na Comunidade Tradicional Imbê: é que sendo os trabalhadores e trabalhadoras os donos dos meios de produção (terra), eles se sentem livres para estabelecer, no círculo de relações da unidade produtiva, formas de organização de trabalho em que haja o predomínio do trabalho vivo sobre o trabalho morto, bem como a não apropriação da mais valia pelo capital.

Nesse aspecto, as trabalhadoras e os trabalhadores de Imbê também desenvolvem a organização do processo de trabalho de forma diferenciada da empresa capitalista, porque abrem mão da busca desenfreada da mais valia, dedicando-se a tarefa de buscar meios de trabalhar e produzir as suas vidas sem exploração e degradação da sua força de trabalho bem como de outrem.

A vivência dos trabalhadores e trabalhadoras de Imbê no modo de produção associada nos revela que, pelo fato de estarem unidos no mesmo objetivo, acabaram formando um tipo de relação de trabalho que suplanta a necessidade material e as satisfações imediatas, criando uma consciência coletiva de que fazem parte de um projeto muito mais amplo. Os trabalhadores e trabalhadoras de Imbê demonstram compreender que o trabalho associado não lhes garante apenas a satisfação de suas necessidades mais imediatas, mas que antes de tudo, lhes garante uma identidade como grupo e como indivíduos.

Analisamos que os valores expressos pela comunidade como: cooperação, igualdade nas relações sociais, solidariedade, democracia, reciprocidade e autogestão estão atrelados às relações de parentesco/familiares, com a religiosidade e com o trato com a terra. Sendo o parentesco um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento da iniciativa de produção associada na comunidade Imbê, considerando que todos os associados fazem parte do mesmo núcleo familiar, como nos disse o Sr. Milton: “é tudo da mesma família, da minha família, a minha família é pequena... (risos)”. Devemos registrar que a relação de parentesco entre os moradores da comunidade Imbê é de descendência de pequena profundidade, pois se trata de uma comunidade relativamente jovem, com aproximadamente cem anos.

A propriedade de terras e a tradição do cultivo são também fatores de ligação entre os integrantes da associação. Todos são proprietários de terra, no entanto percebemos que a divisão das propriedades, nestas circunstâncias familiares, não fragmenta a comunidade social e nem economicamente. A plantação da cana ocorre em forma de rodízio nas terras, observando a que se encontra em melhores condições para o plantio. Sobre o tema em questão, Marx afirma que:

A organização familiar, com sua divisão de trabalho, que determinava o produto do trabalho com seu característico selo social. [...] O que constitui aqui o laço social são os trabalhos determinados dos indivíduos em sua forma natural, é a particularidade e não a generalidade do trabalho. (2008, p. 59).

No que se refere à religiosidade, como dissemos anteriormente, quase todos os integrantes da associação compartilham da mesma religião. É possível que isso esteja aliado ao fato de que todos pertençam à mesma família, já que é costume que os integrantes de uma mesma família partilhem das mesmas crenças.

Segundo o Sr. Milton, que também é líder religioso na comunidade, a doutrina da igreja da qual fazem parte, “Congregação Cristã no Brasil”, baseia-se na solidariedade para com o próximo.

Concluimos que religião e família, sobretudo a família, são os alicerces dessa comunidade, fatores de suma importância para amalgamar as relações dentro da comunidade, bem como para a superação de qualquer conflito que surja entre os trabalhadores e trabalhadoras de Imbê, pois mesmo surgindo situações de desentendimento, a relação acaba sendo retomado pelo sentimento familiar.

Abaixo, podemos perceber essa questão na fala de um dos entrevistados. Seu relato demonstra seu sentimento de trabalhar em família e como ele compreende a diferença entre o trabalho familiar e o trabalho com um “estranho”, que para ele seria o trabalho nas configurações da produção subordinada ao capital.

Muito bom, porque reunido na família é melhor do que trabalhar com estranho porque, às vezes, quando eu trabalhava para fora, trabalhava com estranho, não é igual trabalhar com a sua família. Porque às vezes você fala com um primo seu, com um irmão é diferente do que falar com um estranho, às vezes ele quer apavorar com você, com família não. Às vezes sai ali uma discussão, mas é família né? não vai, não sai nada. É melhor trabalhar com família nesta parte. (Adriano).

Eu acho até bom, por ser todos nós família, difícil ter um lugar que trabalha bastante só família. Eu acho bom, um compreende o outro. (Tiago).

E, principalmente, ajuizamos que a preponderância da iniciativa da produção associada na Comunidade Tradicional Imbê está alicerçada na posse da terra pelos trabalhadores e trabalhadoras, pois partimos do pressuposto que a posse da terra seja um elemento fundamental para o desenvolvimento de iniciativas da produção associada, de produção de saberes para os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Sendo a terra o meio de produção dos trabalhadores e trabalhadoras, Marx assevera que o controle dos meios de produção é peça chave para definir o caráter dos empreendimentos e a forma de sociabilidade entre os trabalhadores e trabalhadoras, ou seja, uma organização do trabalho não alienante/exploratória, de forma a atender os interesses daqueles que vivem da força do seu trabalho. É nesse sentido que compreendemos que as relações sociais forjadas na práxis da produção da vida na comunidade Imbê se diferenciam daquelas realizadas no trabalho assalariado devido à relação intrínseca que estabelecem com a terra. Nas palavras do Sr. Milton, “*a terra é vida, nos num vive sem ela*”.

Marx, ao fazer referência às Formações Econômicas Pré-capitalistas, ilustra a importância da posse da terra para a produção da vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, Marx afirma que a separação do homem do seu meio de produção, a terra, a dissolução dessa relação é a forma pela qual o capitalismo se realiza.

Isso nos leva a reflexão de que, se a terra é o meio e o fim do trabalho e se o trabalho é a essência humana, se o homem é fruto do seu trabalho, é pela/na terra que os homens e mulheres do campo produzem as suas vidas. Pautados nessa concepção, os trabalhadores e trabalhadoras de Imbê produzem as suas vidas cotidianamente, através da produção associada, com divisão simples do trabalho, práticas autogestionárias, o que implica reconhecer indivisões entre a sua natureza social e econômica, individual e coletiva, no processo de produção dos derivados da cana-de-açúcar na Comunidade Tradicional Imbê.

Considerações Finais

Este estudo procurou compreender a relação entre trabalho e educação a partir da análise das possibilidades concretas de organização da produção associada dos trabalhadores e trabalhadoras de Imbê. As categorias que serviram de cenário para a elaboração do problema de pesquisa foram: trabalho, produção associada e economia popular. Adotamos o pressuposto de que é através do/pelo trabalho, neste caso específico a produção associada, que trabalhadores e trabalhadoras de Imbê asseguram a produção de suas vidas e desenvolvem relações sociais.

É mediante o trabalho que homens e mulheres constroem/produzem as suas vidas concretamente. Nesse sentido, compreendemos a reflexão do compositor Gonzaguinha na música Um homem também chora (Guerreiro menino) “O homem se humilha se castram seus sonhos/ Seu sonho é sua vida e vida é o trabalho/ E sem o seu trabalho, o homem não tem honra/ E sem a sua honra, se morre, se mata/ Não dá pra ser feliz”. É dessa forma que os moradores de Imbê sentem e vivem o trabalho, ou, ainda, é no e pelo trabalho que os seres humanos sonham e concretizam os seus sonhos, atendem as suas necessidades e criam outras.

A análise da produção associada na comunidade Imbê mostrou que o empreendimento coletivo foi motivado pela necessidade de manter os moradores na comunidade. Como as famílias já cultivavam a terra e produziam para sua subsistência, a criação de uma agroindústria lhes pareceu a melhor alternativa para continuar essa empreitada. Portanto, o trabalho associado não surgiu unicamente como meio de criar postos de trabalho, mas sim um meio de viver dignamente na terra em que escolheram.

Referências

- Alentejano, P. *Terra*. In: Caldart, R. S.; Pereira, I. B.; Alentejano, P.; Frigotto G. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- Grzebieluka, D. *Por uma tipologia das Comunidades Tradicionais Brasileiras*. Revista Geografar www.ser.ufpr.br/geografar Curitiba, v.7, n.1, p. 116-137, jun./2012.
- Fischer, M. C. & Tiriba, L. *Saberes do trabalho associado*. In: Cattani, A. D.; Laville, J.L.; Gaiger, L. I. e Hespanha, P. Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009.
- Fischer, M. C. B. . *O trabalhador no centro de propostas de pesquisa formação para o trabalho associado*. Revista Perspectiva (Florianópolis), v. 26, p. 95-117, 2008.
- _____. *Produção Associada e Autogestão*. In: Caldart, R. S.; Pereira, I. B.; Alentejano, P.; Frigotto G. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- Frigotto, G., *Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI*. Revista Brasileira de Educação. Anped, v. 16, n. 46, jan. abr. 2011.
- Marx, K. *O Capital. Crítica da economia política*. Livro I. Trad. de Reginaldo Sant’Anna. – 28ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- Razeto, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: Gafotti, M. e Gutiérrez, F. (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. 3ª ed. – São Paulo: Cortez. Coleções Questões na Nossa Época; v. 25, 2001.
- Tiriba, L. *Ciência econômica e saber popular: reivindicar o “popular” na economia e na educação*. In: Piçano, I; Tiriba, L. (Orgs.), Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida: Idéias & Letras, p. 75-101, 2004.

_____ & Piçano, I. *O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”*. In: Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. São Paulo: Idéias & Letras, 2004.

_____. *O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal*. In: Revista Proposta/FASE, n. 97, p. 38-49, jul/ago. 2003.

_____ & Icaza, A. *Economia popular*. In: Catani, A. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, p. 101-109, 2003.